

Desenvolvimento dos municípios é prioridade

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas no Estado do Pará (Sebrae-PA) vão participar da ação nacional que tem à frente a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), através da qual todos os Tribunais de Contas do País farão encontros simultâneos direcionados aos municípios. Esses eventos, denominados “Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local”, têm o desafio de impulsionar o desenvolvimento econômico e social por meio da regulamentação plena da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O evento conta também com a participação da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e Instituto Rui Barbosa (IRB).

A ação nacional tem como objetivo potencializar o processo de implementação da Lei Geral nos municípios, por meio da determinante atuação dos órgãos de controle externo, apoiando, sensibilizando e orientando os gestores públicos a dar preferência aos pequenos negócios nas compras das prefeituras. Com isso, se pretende ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte, em-



O presidente do TCM-PA conselheiro José Carlos Araújo recebeu o diretor-superintendente do Sebrae-PA Vilson Schuber, tendo ao lado Roberto Bellucci, Marlene Pinto, do Sebrae-PA, e Rosângela Quadros, diretora da DAM/TCM

preendedores individuais e agricultores familiares nas compras governamentais dos municípios.

No Pará, o encontro “Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local”, que reunirá prefeituras de todos os municípios do Estado, acontecerá no dia 13 de março, no Plenário do TCM-PA, e contará com as presenças do presidente da Atricon, conse-

heiro Antônio Joaquim, e do diretor-superintendente do Sebrae-Pará, Vilson Schuber, entre outras autoridades.

CAPACITAÇÃO

O presidente do TCM-PA, conselheiro José Carlos Araújo, esclarece que um dos primeiros passos será preparar gestores e servidores públicos para o desenvolvimento com base na Lei Geral da

Micro e Pequena Empresa. “A administração municipal precisa ser capacitada para colocar os benefícios dessa legislação no cotidiano dos pequenos negócios”.

Segundo José Carlos Araújo, entre as ações necessárias para tirar do papel a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa está a de dar preferência aos pequenos negócios nas compras efetuadas pelas

prefeituras e apoiar a formalização e o sucesso do microempreendedores individuais.

O presidente da Atricon, conselheiro Antônio Joaquim, vem alertando que depois de seis anos de vigência da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, menos de 20% dos 5.656 municípios aplicam na íntegra o reconhecido mecanismo de fomento à economia.

A vice-presidente do TCM-PA, conselheira Mara Lúcia, considerou importante a parceria realizada entre Sebrae, Atricon, IRB e Tribunais de Contas, que tem como objetivo a criação de um ambiente favorável de negócios nos municípios através de ações para implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em seus principais eixos, com especial atenção no tema das Compras Governamentais, que faz parte da realidade diária dos Tribunais de Contas, mas também abordando ações de sensibilização a respeito de agente de desenvolvimento, empreendedor individual e desburocratização.

O conselheiro corregedor do TCM-PA, Cezar Colares, esclareceu que para atingir este objetivo será realizada uma parceria com a Associação Civil de Estudos e Pesquisas dos Tribunais de Contas, o Instituto Rui Barbosa (IRB), para produção e disseminação de materiais educacionais voltados para a sensibilização e formação do público interno (auditores de contas dos tribunais) e público externo (jurisdicionados dos tribunais: prefeitos, secretários, vereadores, etc.) a respeito da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Tribunais e Sebrae vão atuar também em outras parcerias

Os representantes dos Tribunais já manifestaram interesse de atuar conjuntamente com o Sebrae em outras ações voltadas para o fomento do desenvolvimento local através dos pequenos negócios, como a produção de roteiros de auditoria voltados para verificação da efetiva aplicação da Lei Geral e a criação de um Sistema de Monitoramento de Compras Públicas, entre outras ações.

Também é objetivo do Sebrae impulsionar a capacitação de Agentes de Desenvolvimento Local; potencializar a formalização de Empreendedores Individuais nos municípios e incrementar o processo de desburocratização para constituição de pequenos negócios nos municípios.

Segundo Roberto Bellucci, gerente de Políticas Públicas do Sebrae no Pará, com a ação nacional, a entidade pretende firmar Acordos de Cooperação Técnico/Operacional com os Tribunais de Contas e com os municípios, bem como ajustar o projeto às realidades e oportunidades locais; estruturar a dinâmica de atuação



A Lei Geral das MPE pretende ampliar a participação de agricultores familiares, microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais nas compras governamentais dos municípios

conjunta com os Tribunais de Contas, Escolas de Contas e Associações de Municípios; dispor de conteúdos preexistentes e formatar novos conteúdos para orientação e capacitação dos públicos-alvo do Programa, nos limites das competências específicas do Sebrae no Pará.

“A parceria entre o Sebrae e

a Atricon objetiva a criação de um ambiente favorável de negócio nos municípios por meio de ações para implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – em especial nas compras governamentais. Tendo em vista que 99% das empresas dos municípios são MPE, estes serão os mais beneficiados. O evento é importante para

informar e divulgar as vantagens da Lei Geral, especificamente para as MPE”, diz Roberto Bellucci.

Bellucci lembra ainda que os prefeitos precisam conhecer as vantagens da Lei Geral a exemplo do aumento da formalização, promoção do desenvolvimento local e uso do poder de compra. “As com-

pras públicas, um dos itens tratados na lei, têm potencial forte de retenção de renda no município. É um mercado que vai se abrir e fomentar novos negócios. Tem crescido a participação das micro e pequenas empresas nas compras realizadas pelo Governo Federal. A intenção é aumentar a participação das MPE nas compras

municipais”. Vale ressaltar que os municípios que já implementaram a Lei Geral, experimentam o aumento da receita, aumento do número de empresas, de emprego e qualidade de vida dos cidadãos, devido ao crescimento da formalização das micro e pequenas empresas e de empreendedores individuais.



O TCM-PA completa 30 anos a caminho de se tornar uma instituição de excelência no controle externo, em busca do reconhecimento da sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública

TCM-PA comemora 30 anos de existência

Ao completar 30 anos de existência e relevantes serviços ao Pará, o Tribunal de Contas dos Municípios reafirma o compromisso de orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais visando sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.

Transparência pública, aprimoramento de mecanismos de controle externo e interno, desenvolvimento de ferramentas na área de Tecnologia da Informação com vistas a tornar ainda mais ágil o trâmite processual e julgamento das prestações de contas, além de uma maior interação com a sociedade, tem sido a base de atu-

ação do TCM-PA ao longo de sua história.

O presidente José Carlos Araújo, a vice-presidente Mara Lúcia e o conselheiro corregedor Cezar Colares, assim como os conselheiros Aloísio Chaves, Antônio José Guimarães, Daniel Lavareda e Rosa Hage, parabenizam todos os servidores que ajudam a dignificar a Corte de Contas e ratificam o compromisso de continuar cumprindo a missão constitucional do TCM-PA de fiscalizar as contas públicas municipais, assim como de dar continuidade ao trabalho de orientação técnica, qualificando, cada vez mais, prefeituras, câmaras municipais e a sociedade de um modo geral,

além dos funcionários do próprio Tribunal.

O TCM-PA continuará investindo no Controle Social, estimulando a participação da sociedade no controle das contas públicas, em uma imprescindível parceria com o Tribunal de Contas.



Tv. Magno de Araújo, 474
Fone: 3210-7500
www.tcm.pa.gov.br